

SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

Comissão de Pregão III

DECISÃO DE RECURSO PE 90.086/2024**Processo nº 20.352/2024****Processo Licitatório nº 07.408/2024****Pregão Eletrônico nº 90.086/2024**

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual AQUISIÇÃO, sob demanda, de KIT ENXOVAL PARA RECÉM NASCIDOS, para atender a necessidade do Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro, pelo período de 1 (um) ano.

I. DO RELATÓRIO

Em cumprimento ao disposto nos termos do, artigo 165º, inciso I, parágrafo §2º da Lei 14.133 de 1 de abril de 2021 a Pregoeira desta Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística, instituída pela Portaria nº 818 de 03 de julho de 2024, da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, procedeu a análise do Recurso interposto pela empresa **MERAKI COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME**, doravante denominada Recorrente, em 26 de julho de 2024, portanto, tempestivo, contra a decisão que classificou a empresa vencedora para o único lote (grupo), **MHT DISTRIBUIDORA E SERVIÇOS LTDA**, denominada Recorrida, nos termos do Edital do **Pregão Eletrônico nº 90.086/2024**, que foi aceito de forma automática pelo sistema, sem juízo de Admissibilidade por parte desta pregoeira e equipe de apoio

SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

Comissão de Pregão III

II. RESUMO DO RECURSO

A Recorrente, também tempestivamente, apresentou, por meio do Sistema Compras.gov.br recurso pedindo a reconsideração da decisão conforme as considerações apresentadas abaixo:

A recorrente sucintamente alega que, (i) o atestado apresentado, não é compatível com o solicitado no edital; (ii) certidão simplificada da junta comercial, consta vencida; (iii) não apresentação dos registros da AVISA e certificado de boas práticas dos produtos;

III. DAS CONTRARRAZÕES

A Recorrida, também tempestivamente, apresentou, por meio do Sistema Compras.gov.br, suas contrarrazões rebatendo as alegações do recurso apresentado pela empresa **MERAKI COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME**, conforme as considerações apresentadas abaixo:

A recorrida sucintamente alega que, (i) não haver necessidade de apresentação de notas fiscais por não restar dúvidas quanto a apresentação dos atestados de capacidade técnica; (ii) que a certidão simplificada não figura como documento essencial, podendo o pregoeiro analisar, diligenciar para nova certidão ou apurar através de outro documento equivalente, assim a mesma não é documento essencial para a desclassificação, neste sentido, não há prazo de validade específico para certidão emitida pela JUCERJA, uma certidão é válida enquanto não há uma posterior alteração contratual na empresa (iii) que a não há necessidade de apresentação de nenhum documento, de acordo com o item 4.2, o licitante deveria apenas apresentar na proposta produtos que possuíssem ANVISA, o que restou plenamente atendido.

SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

Comissão de Pregão III

IV. DA ANÁLISE DO PREGOEIRO

Quanto as alegações que (i) o atestado apresentado, não é compatível com o solicitado no edital.

Inicialmente é preciso esclarecer, conforme Joel de Menezes Niebuhr descreve, que a “Administração Pública, ao avaliar a qualificação técnica dos licitantes, pretende aferir se eles dispõem dos conhecimentos, da experiência e do aparato operacional suficiente para satisfazer o contrato administrativo.” Dentre os documentos arrolados taxativamente pela Lei de Licitações para cobrar dos licitantes para fins de qualificação técnica, existem os atestados de capacidade técnica que estão estipulados no art. 67, da Lei nº 14.133/21.

Os atestados de capacidade técnica têm a finalidade de comprovar para a Administração Pública, por intermédio de um documento subscrito por terceiro alheio à disputa licitatória, de que o licitante já executou o objeto licitado em outra oportunidade e a referida execução foi a contento, o que gerará confiança e segurança à Administração licitadora de o aludido licitante possuir expertise técnica.

Portanto, a apresentação de atestados visa demonstrar que os licitantes já executaram, anteriormente, objetos compatíveis em características com aquele definido e almejado na licitação. A finalidade da norma é clara: resguardar o interesse da Administração – a perfeita execução do objeto da licitação -, procurando-se, com a exigência de demonstração de capacidade, preservar a competição entre aqueles que reúnam condições de executar objeto similar ao licitado,

Por todas estas razões, não resta dúvida que os agentes públicos deverão atuar ao examinar os atestados com esteio nos princípios, dentre outros, da razoabilidade, proporcionalidade, segurança jurídica e do formalismo moderado. Não se devem excluir quaisquer licitantes por equívocos ou erros formais atinentes à apresentação do atestado, até porque, lembrando escólios de Benoit, o processo licitatório não é uma verdadeira gincana ou comédia. Ao se prescrever que a licitação é um processo administrativo

SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

Comissão de Pregão III

formal nos termos da Lei nº 14.133/21 não significa formalismo excessivo e nem informalismo, e sim um formalismo moderado. Como dito por Hely Lopes Meirelles, “a orientação é a dispensa de rigorismos inúteis e a não exigência de formalidades e documentos desnecessários à qualificação dos interessados em licitar.”

A finalidade da licitação deve ser sempre atender o interesse público, buscar a proposta mais vantajosa, deve haver igualdade de condições, bem como os demais princípios resguardados pela constituição. Ao analisar os argumentos da recorrente quanto a apresentação de Documentações de Habilitação Técnica, a Comissão de Licitação informa que ao revisar os documentos de Habilitação da recorrente, e após minuciosa análise verificou que no Atestado de Capacidade Técnica emitido pela Prefeitura de Araruama, cujo objeto é “MATERIAIS PARA LACTÁRIO (USO HOSPITALAR)” e até mesmo enxovais, é possível verificar que constam aquisições similares, idênticas e até superior ao solicitado.

Diante dos apontamentos acima descritos, não é permitido pela Lei exigir que o licitante tenha fornecido material idêntico ao licitado, à medida que restringe a competição, diminui o universo de competidores e frustra o objetivo maior da licitação que é a obtenção da proposta mais vantajosa.

Analisando os atestados de capacidade técnica da recorrida, NOTA-SE que trata de objetos correlatos e até idênticos, apesar de não poder ser exigido tal, desse modo, esta pregoeira não ver motivo algum para sua inabilitação, já que a mesma apresentou os Atestados em conformidade com o edital.

(ii) certidão simplificada da junta comercial, consta vencida;

Quanto a alegação da recorrente de que a certidão simplificada da junta comercial consta vencida, resta claro que os argumentos trazidos pela recorrente são absolutamente protelatórios, uma vez que, a certidão apresentada seria para ratificar a qualidade de microempresa de acordo com o anexo V, sendo facilmente confirmado pela vasta documentação apresentada, bem como, não há prazo de validade específico para

SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

Comissão de Pregão III

certidão emitida pela JUCERJA, uma certidão é válida enquanto não há uma posterior alteração contratual na empresa.

(iii) não apresentação dos registros da AVISA e certificado de boas práticas dos produtos;

A empresa recorrente alega que não restou apresentado os registros da ANVISA e certificado de boas práticas pela empresa recorrida, porém conforme análise ao site oficial <https://consultas.anvisa.gov.br/#/empresas/empresas/q/?cnpj=44929522000148> os mesmo contam devidamente ativos, além de fazerem parte da documentação enviada para habilitação no momento oportuno, assim embora a recorrente faça diversas alegações, não apresenta qualquer elemento probatório que permita à Administração Pública acatar tal pleito.

V. DA ANÁLISE JURÍDICA

Instada a se manifestar a Procuradoria Geral Municipal, exarou parecer jurídico, parte integrante desta decisão, independente de transcrição, onde de forma sucinta concluiu que: (i) “... no tocante à qualificação técnica, do ponto de vista jurídico, bastando a apresentação de atestados de capacidade técnica comprovando a execução de objeto similar/semelhante, a exigência teria sido cumprida pela recorrida”, (II) quanto a Certidão Simplificada acostada às fls.633 possui informação expressão de duração por indeterminado, que lhe é próprio, dada a natureza certidão, portanto, s.m.j., não se aplica o prazo de 90 (noventa) dias previsto no subitem 15.14”, (III) quanto à exigência de registro dos produtos na ANISA prevista no subitem 4.2 do Termo de Referência, cabe à Secretaria requerente se manifestar acerca da necessidade de registro na ANISA ou não para os produtos licitados; (IV) quanto à exigência do subitem 4.3 do termo de Referência, conclui-se que o Certificado de Boas Práticas Fabricação (CBPF) não foi inserido como requisito de habilitação, em consonância com o entendimento do TCU e da CGU sobre o tema, no sentido de que é possível a exigência do CBPF para os produtos abrangidos

SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

Comissão de Pregão III

pela RDC nº 497/2021 como obrigação da contratada, e não como critério de habilitação ...”.

VI. DA ANÁLISE TÉCNICA

Quanto à análise por parte da secretária requisitante, a mesma após minuciosa análise, entende que foram apresentados pelas empresas MHT DISTRIBUIDORA E SERVIÇOS atestados de capacidade técnica que demonstram a execução de serviços com objeto similar ao ora licitado. Outrossim, esta secretaria acompanha o parecer exarado do pela por esta Pregoeira, eis que conforme simples consulta no site oficial da ANVISA podemos constatar que os registros encontram-se devidamente ativos, além, ainda, de terem sido oportunamente encaminhados à Administração no momento da habilitação...”;

VII. DA DECISÃO DO PREGOEIRO

Isto posto, com fulcro no art. 165, §2º da Lei 14.133/2021, por todo exposto sem nada mais evocar, **CONHEÇO** do Recurso Administrativo interposto pela empresa **MERAKI COMERCIO E SERVIÇOS LTDA – ME** no processo licitatório referente ao Edital do **Pregão Eletrônico nº 90.086/2024**, e no mérito, **NEGO PROVIMENTO**, mantendo a decisão pela habilitação da empresa **MHT DISTRIBUIDORA E SERVIÇOS LTDA**, no pregão em comento.

Diante do não provimento do recurso interposto, na forma que dispõe o artigo 165, § 2º da Lei 14.133/2021, encaminho o presente processo para decisão, pela autoridade superior, do recurso administrativo do pregão, na forma eletrônica, nº 90.086/2024, no prazo de 10 (dez) dias úteis.



SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

Comissão de Pregão III

Por fim, informamos que esta decisão será publicada na íntegra em <https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacao/> e seu extrato em <http://www.comprasnet.gov.br>.

Atenciosamente.

Nova Friburgo, 26 de agosto 2024

Fernanda Medeiros Rodrigues
Pregoeira – Comissão de Pregão III
Matricula: 468.036